

Introdução

Qual será o nosso lugar entre os homens que são senhores, e os homens que são escravos?

Gonçalves Dias, *Meditação*.

Começo esta “Introdução” pensando em algumas curiosas imagens, em particular em algumas charges que encontramos nos jornais que circulavam na Corte em fins do Segundo Reinado. Os jornais dessa época, através das mãos de Agostini e de Fleiuss, entre outros, criavam sempre a imagem de um índio representando o país nas charges políticas. Ao lado das imagens de conselheiros do Império e de D. Pedro II, lá estava o índio que ficava espreitando aqui e acolá um fato político recente, como um espectador que olha estarecido e sem poder de ação para a cena que se desenrolava. Até mesmo porque sua imagem, que se apresentava contrastadamente seminua com os personagens caricaturizados, era uma abstração alegórica, descontextualizada da cena, que não lhe cedia o papel de participante no ato que se representava. Talvez esta imagem possa traduzir para nós o que aqui tomamos por objeto. Devendo representar o Brasil (ou sua nação), o índio caricaturizado era também a presença de uma ausência. Anos mais tarde, já na Capital da República, esta imagem seria substituída pela figura do “zé-povinho”, na caricatura de um quase-português, o que também dava indícios de certas mudanças da sociedade e de suas representações coletivas.

Porém, esta tese não optou pela caricatura nem pelo humor. Mas ela pretendeu em certa medida tratar desta ausência, desta espécie de “não-lugar” que representou a imagem do índio, tomada a partir de uma outra dimensão: a partir dos campos de conhecimento que envolviam a construção de certos discursos sobre o “índio brasileiro” em meados do século XIX. Aspeio aqui a expressão

tomada – índio brasileiro – porque ela também se mostrou como uma construção à parte, embora fosse vista como uma realidade pré-existente para os letrados do Império, de quem trato particularmente aqui. São esses letrados que de fato me interessaram, pois através de diferentes indícios de suas produções intelectuais, é que pude formular o objeto que aqui se encontra, e que denominei nesta tese de “etnografia” do Instituto Histórico. O objeto desta tese – a etnografia do Instituto – nos auxilia a compreender um pouco os próprios homens da elite letrada do Império: a partir da criação de uma alteridade presente no território nacional, esses homens procuraram vinculá-la de uma maneira particular à história nacional e a um ideal sobre a composição dos futuros cidadãos do Império.

A etnografia que pretendo abordar, entre os anos de 1840 e 1860, é também marcada por um nascimento institucional. Ela passava a se compor tanto como um campo de interesse e de estudos, que expressou a criação da seção de Arqueologia e Etnografia do Instituto Histórico e Geográfico, quanto como um campo de debate político sobre os grupos indígenas, envolvendo setores mais amplos que criavam um determinado discurso sobre a relação que se deveria fomentar entre esses grupos e a sociedade imperial nascente. O que denomino como “etnografia do Instituto”, ainda, liga-se aqui a uma operação historiográfica – no sentido dado por Michel de Certeau –, metamorfoseando os índios do antigo território do Império português e as percepções que se tinha sobre eles, traduzidos em nomes como índios “bravos” e “tapuias”, em “documento” para a História do Brasil, separando e reunindo o conhecimento sobre os índios antes percebidos por outras filtragens, redistribuindo-os por um novo espaço, transformando-os em uma nova unidade de compreensão.¹ Mas, ao mesmo tempo em que, como em uma operação historiográfica, tratava-se de uma “técnica”, onde as fontes sobre os índios eram recolhidas a partir das crônicas do período colonial, dos relatos de viajantes, dos antigos documentos acerca das aldeias em províncias do Império, a etnografia do Instituto pressupunha a construção de uma imagem e de um valor sobre os índios do território, transformados no “índio brasileiro”.

¹Segundo Certeau, “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto.” Creio que a tomada dos índios como objeto de discussão no Instituto Histórico compreende justamente este movimento. Certeau, M. de. *A escrita da história*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 81.

O primeiro capítulo pretendeu dar conta do movimento que torna o “índio brasileiro” neste “novo” objeto, recortado a partir do campo das representações. Este movimento reagrupou imagens disponíveis, como a dos índios simbolizando o Novo Mundo, transformando-se não obstante seu conteúdo, quando também se transformava a ordem política que exigia repensar o coletivo da nação. Nesta parte, busquei abordar como a imagem do índio, que ganhava relevo como personificação da ex-colônia portuguesa na América, no processo de Independência, e como um componente da Natureza do país valorizado pela literatura romântica, pouco tempo depois, condicionou o recorte deste novo objeto, a partir da década de 1840, dentro de um espaço de discussão científica no Instituto.

Para que pudesse tomar a etnografia do Instituto como um novo objeto, procurei identificar os campos de conhecimento tradicionalmente ligados aos índios, tratando um pouco do conhecimento sobre o espaço territorial do Império, do conhecimento através das coleções dos Museus e da História Natural formulada por naturalistas viajantes. Pude, através da identificação destes campos, formular uma transformação e migração – ainda que permanecesse muitas vezes uma superposição – na forma de abordar o conhecimento sobre os índios. Se os índios eram primeiramente evidenciados por um conhecimento da Natureza do Brasil, referenciando-os no espaço, como se fazia pela ótica da História Natural, os membros do Instituto Histórico passavam a valorizá-los enfatizando sua presença no “tempo” e na história. Através desta passagem das imagens do índio como representações vinculadas ao conhecimento do espaço para as do conhecimento do tempo – ou das “épocas brasileiras”, como chamou um dos nossos expositores, o marechal Cunha Matos –, é possível enxergar na etnografia do Instituto uma correspondência com o engendramento de uma historiografia no Brasil durante as primeiras décadas após a Independência. Como um indicativo desta relação estreita da etnografia com a história está o interesse crescente sobre os “vestígios” dos antigos povos do território do Império, que revelam os textos dos fundadores do Instituto Histórico, ligando ainda a sua perspectiva histórica à tradição antiquária.²

²Vide “L’histoire ancienne et l’Antiquaire” em Momigliano, Arnaldo. *Problèmes d’historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

O segundo capítulo procurou tomar os pressupostos incutidos na criação de um campo etnográfico no Instituto no diálogo com o problema da nação no Império do Brasil. Através do contraste que se expressa entre o uso plural de “nações” ainda implicada na etnografia do Instituto, e o seu uso no singular, como a Nação brasileira, buscou-se fundamentar o que o primeiro capítulo esboçara, como a ligação visceral entre a etnografia e a história. Neste capítulo também se fez uma tentativa de exemplificar as diversas modalidades de textos etnográficos do Instituto, cuja compreensão, para esta tese, só foi possível através de uma visão do conjunto.

Tratando de analisar a formação de um espaço científico sobre as “raças” e o aporte desta questão para a discussão da nação, pretendeu-se, nesta segunda parte, discutir algumas temáticas presentes no debate racial, envolvendo as Sociedades etnológicas européias e americanas. Abordei, para estabelecer o vínculo mais direto entre estas temáticas e o problema da nação para o Brasil, a apresentação da questão racial para a história no Brasil, pelo botânico Karl Friedrich Ph. Von Martius. A memória escrita pelo botânico é suficientemente conhecida, mas talvez menos evidentes sejam os encaminhamentos específicos dos debates ali presentes por parte dos letrados do Instituto Histórico. Um desses encaminhamentos encontra-se em *Brasil e Oceania* de Gonçalves Dias, que procuro aqui iluminar. Sua exposição sobre uma das questões conclusivas do debate etnológico que se travava neste período, a respeito da “decadência” dos povos indígenas, expressa uma versão original e positivada da tese decadentista de Martius. Por outro lado, o posicionamento de Gonçalves Dias de certa forma garantia a aproximação de sua literatura com a etnografia.

A criação da seção etnográfica liga-se também a um debate iniciado nos primórdios da fundação do Instituto, na discussão do lugar reservado ao índio na narrativa de uma História do Brasil. O curioso talvez seja notar que este lugar, que foi se impondo como o “princípio” dessa história, não deixava de sustentar o “não-lugar” do índio na trajetória da nacionalidade, uma vez que a imagem do índio se formava ali como a alteridade da boa sociedade do Império, e contrastada com a marcha da civilização que a história se propunha a contar. Neste sentido, a tese decadentista e a afirmação científica de seu desaparecimento mostravam-se como um guia seguro.

Por fim, no terceiro capítulo, procurei ligar a criação do espaço etnográfico do Instituto com certas práticas etnográficas, realizadas tanto em nome da instituição como em nome do próprio governo imperial. Verifiquei, a partir destas práticas, em que medida as demandas da etnografia do Instituto possuíam relações com os debates que apontavam para as políticas imperiais sobre os índios. O brigadeiro Joaquim José Machado de Oliveira, sócio fundador do Instituto, militar e político, tornou-se uma figura interessante para tratar das relações entre a etnografia do Instituto e a política imperial indigenista que se formulou em 1845, denominada de “Regulamento das Missões”.

Recuperando a trajetória dos debates que geraram o Regulamento de 1845, procurei apontar para alguns aspectos da política indigenista do século anterior, nas continuidades e nas descontinuidades que ela revelava com a política de “catequese e civilização” dos índios de meados do século XIX. Retomei, assim, alguns debates travados entre deputados, recuando no tempo: no momento da abertura da Assembléia Legislativa em 1826; e nas contendas sobre as políticas de colonização, buscando paralelos com os programas de civilização propostos no fim do período colonial, como “Os apontamentos para a civilização dos índios bravos” de Bonifácio, e a “Memória sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo”, de José Arouche de Toledo Rendon. Busquei também analisar o encaminhamento da política indigenista do Império, de *catequese e civilização*, através do que diziam os diversos presidentes de província no decorrer das décadas de 1840 a 1860, que acabariam por enfatizar a inexequibilidade do programa do governo.

No decorrer daquelas décadas, uma mudança gradativa já se despontava nas formas de abordar e enquadrar as populações indígenas dentro da política de colonização, através da ênfase cada vez maior sobre a imigração estrangeira e de origem européia. O desaparecimento de grupos indígenas, os continuados conflitos com os brancos, as doenças, a falta de missionários, entre outros dados negativos da política assimilacionista da “catequese e civilização” dos índios, passavam a ser cada vez mais enfatizados por presidentes de província e administradores. A impossibilidade de levar a efeito o programa de “civilizar” os índios abria espaço para que aqueles homens confirmassem o discurso criado pela etnografia: a decadência dos povos indígenas e seu extermínio inevitável. Este é um dos movimentos que enxergo como o ‘cruzamento de olhares’ neste capítulo.

Mas aquele momento também fomentava certas tensões na reflexão sobre o lugar do índio dentro da Nação brasileira. Enquanto se debatiam as políticas de “catequese e civilização” dos índios, ocorriam polêmicas entre a elite letrada, nas argüições de Varnhagen, que defenderia a escravização temporária dos índios em seu *Memorial Orgânico* (1851), e os que criticariam sua posição. Às vezes de “indianistas” como Gonçalves Dias (1849), e de Gonçalves de Magalhães (1860) se juntariam homens ligados à imprensa, como João Francisco Lisboa (1859) e Manuel Antonio de Almeida (1852). Mas a causa advogada por uns e outros de defesa humanitária a favor dos índios voltava-se, ao fim, e não obstante as diferentes ênfases, para uma reflexão sobre o problema da “civilização”, cujo elo mais fraco era apontado como sendo a dos “filhos das brenhas”.

Pode-se considerar que, nos anos de vigor desta polêmica, e do indianismo de Alencar – inaugurada com *O Guarany*, de 1857 –, a trajetória “mórbida” das comunidades indígenas, traçada pelos discursos de políticos e letrados era vista como um dado para muito além da ficção. A morbidez presente na etnografia encontrava ainda nos anos de 1860, os atos voluntaristas de Peri, em seu sacrifício a favor do branco.

Como escrevera Jacques LeGoff sobre o conceito de decadência, ela inclui ao pensamento pessimista que a engendra uma necessária correção, a partir da idéia de renovação.³ É este movimento de regeneração que buscavam os letrados do Instituto. O desaparecimento do índio na versão etnográfica do Instituto – e mais uma vez, o seu “não-lugar” – cedia espaço para a formulação do “brasileiro”.

³ LeGoff, Jacques. “Decadência”. *Enciclopedia Einaudi*, vol. 1, Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.